



Cooperativa de Crédito de
Livre Admissão de Rio Branco
Demonstrações Financeiras
31 DE DEZEMBRO 2015

**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Rio Branco
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2015**

CONTEÚDO

| | |
|--|---|
| Relatório dos Auditores independentes sobre as demonstrações financeiras | 3 |
| Balancos patrimoniais | 4 |
| Demonstrações de sobras ou perdas | 5 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 6 |
| Demonstração do fluxo de caixa | 7 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | 8 |

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

Ao Conselho de Administração e Cooperados da **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Rio Branco**.

Rio Branco-AC

Prezados Senhores:

Examinamos as demonstrações financeiras da **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Rio Branco** "Instituição", que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Rio Branco** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado de 06 de março 2105, sem modificações.

Goiânia, 29 de fevereiro de 2016.

IDEA Auditores Independentes

CRC-AC 1106/O-9/S



Alexandre Lôbo Dantas
Contador CRC AC 12.517/S



Jackson Lara Ribeiro
Contador CRC AC 12.068/S

| ATIVO | | | | PASSIVO | | | |
|--|------|-------------------|-------------------|---------------------------------------|------|-------------------|-------------------|
| | NOTA | 2015 | 2014 | | NOTA | 2015 | 2014 |
| Circulante | | 23.596.946 | 22.502.670 | Circulante | | 27.271.344 | 26.535.157 |
| Disponibilidades | 3 | 208.233 | 433.424 | Depósitos | | 25.996.479 | 24.669.770 |
| Títulos e Valores Mobiliários | | 13.968 | 13.318 | Depósitos a Vista | 11 | 4.539.906 | 3.828.381 |
| Relações Interfinanceiras | | 12.358.565 | 13.349.259 | Depósitos a Prazo | 11 | 21.456.573 | 20.841.389 |
| Centralização Financeira | 4 | 12.331.797 | 13.332.739 | Relações Interfinanceiras | | - | 144 |
| Outros Sistemas de Liquidação | | 26.769 | 16.519 | Relações Interdependenciais | 12 | 78.535 | 77.798 |
| Operações de Crédito | | 10.675.042 | 8.634.871 | Obrigações por Empréstimos e Repasses | | - | 596.926 |
| Operações de Crédito - Setor Privado | 5 | 11.125.208 | 9.043.392 | Outras Obrigações | 13 | 1.196.330 | 1.190.520 |
| (-)Provisão para operações de crédito liq. | | (450.166) | (408.522) | | | | |
| Outros Créditos | 6 | 341.139 | 70.110 | | | | |
| Outros valores e bens | 7 | - | 1.688 | | | | |
| Não Circulante | | 15.127.545 | 13.271.528 | Patrimônio Líquido | | 11.453.147 | 9.239.040 |
| Realizável a longo prazo | | 12.322.804 | 10.843.595 | Capital Social | 14 | 9.541.621 | 7.775.980 |
| Operações de Crédito | | 12.842.456 | 11.182.873 | Reserva Legal | 14.b | 975.516 | 708.084 |
| (-)Provisão para operações de crédito liq. | 5 | (519.652) | (339.278) | Sobras Acumuladas | 14.c | 936.011 | 754.977 |
| Permanente | | 2.804.742 | 2.427.933 | | | | |
| Investimentos | 8 | 1.205.773 | 772.171 | | | | |
| Imobilizado de uso | 9 | 1.590.911 | 1.645.563 | | | | |
| Intangível | 10 | 8.058 | 10.199 | | | | |
| Total do Ativo | | 38.724.492 | 35.774.198 | TOTAL DO PASSIVO | | 38.724.492 | 35.774.198 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Nilton Ghiotti de Siqueira
Diretor Presidente

James Gley Maia da Costa
Diretor Administrativo-Financeiro

Kellen de Souza Bastos
Contadora
CRC: AM-012825/O-3

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE RIO BRANCO LTDA. - SICOOB UNIRBO



CNPJ: 01.608.685/0001-16

Demonstração das Sobras e Perdas

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

Valores em R\$

| DISCRIMINAÇÃO | 2º SEMESTRE 2015 | 2015 | 2014 |
|--|--------------------|--------------------|--------------------|
| INGRESSOS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | 4.013.209 | 7.578.933 | 6.375.713 |
| - Operações de Crédito | 3.281.466 | 6.114.722 | 5.260.930 |
| - Títulos e valores mobiliários | 183 | 183 | - |
| - Ingressos de Depósitos Intercooperativos | 731.560 | 1.464.028 | 1.114.783 |
| DISPÊNDIOS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | (1.396.678) | (2.690.674) | (2.053.821) |
| - Operações de captação no mercado | (1.396.678) | (2.690.674) | (2.053.821) |
| RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | 2.616.531 | 4.888.258 | 4.321.892 |
| OUTROS INGRESSOS/RECEITAS E DISPÊNDIOS/DESPESAS OPERAC. | (1.868.868) | (2.769.563) | (3.009.753) |
| - Ingressos/Receitas de Prestação de Serviços | 149.140 | 402.895 | 277.398 |
| - Dispêndios/Despesas de Pessoal | (565.478) | (1.045.729) | (1.069.776) |
| - Outros Dispêndios/Despesas Administrativas | (978.064) | (1.761.225) | (1.535.670) |
| - Dispêndios/Despesas Tributárias | (1.273) | (2.242) | (1.095) |
| - Outros Dispêndios/Despesas Operacionais | (721.622) | (941.563) | (1.499.701) |
| - Outros Ingressos/Receitas Operacionais | 248.430 | 578.301 | 819.092 |
| RESULTADO OPERACIONAL | 747.663 | 2.118.696 | 1.312.139 |
| RESULTADO NÃO OPERACIONAL | 6.468 | (2.964) | (20.163) |
| RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ SOBRAS E PARTICIP. | 754.131 | 2.115.732 | 1.291.977 |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | (3.147) | (10.890) | (6.368) |
| Provisão para Imposto de Renda | (1.503) | (5.375) | (3.239) |
| Provisão para Contribuição Social | (1.643) | (5.515) | (3.129) |
| RESULTADO ANTES DAS PARTICIP. JUROS AO CAPITAL | 750.984 | 2.104.842 | 1.285.609 |
| PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIA NAS SOBRAS | - | (1.168.831) | (530.632) |
| F.A.T.E.S | - | (133.716) | (108.975) |
| RESERVA LEGAL | - | (267.432) | (94.372) |
| JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO | - | (767.683) | (327.286) |
| SOBRAS / (PERDAS) DO EXERCÍCIO | 750.984 | 936.011 | 754.977 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

(Valores em R\$)

| | Capital Social | Reserva Legal | Sobras/ Perdas() Acumuladas | Total |
|--|------------------|----------------|--------------------------------|-------------------|
| Saldos em 1° de Janeiro de 2014 | 6.099.577 | 613.712 | 937.085 | 7.650.374 |
| Incorporação / Distribuição de Sobras | - | - | (937.085) | (937.085) |
| Aumento / Baixa de Capital | 1.676.403 | - | - | 1.676.403 |
| Sobras do Exercício | - | - | 958.323 | 958.323 |
| Destinação das Sobras: | | | | |
| Reserva Legal | - | 94.372 | (94.372) | - |
| Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social | - | - | (108.975) | (108.975) |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2014 | 7.775.980 | 708.084 | 754.977 | 9.239.040 |
| Saldos em 1° de Janeiro de 2015 | 7.775.980 | 708.084 | 754.977 | 9.239.040 |
| Incorporação / Distribuição de Sobras | - | - | (754.977) | (754.977) |
| Aumento / Baixa de Capital | 1.765.641 | - | - | 1.765.641 |
| Sobras do Exercício | - | - | 1.337.159 | 1.337.159 |
| Destinação das Sobras: | | | | |
| Reserva Legal | - | 267.432 | (267.432) | - |
| Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social | - | - | (133.716) | (133.716) |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2015 | 9.541.621 | 975.516 | 936.011 | 11.453.147 |
| Saldos em 1° de Julho de 2015 | 8.567.576 | 708.084 | 586.174 | 9.861.834 |
| Incorporação / Distribuição de Sobras | - | - | - | - |
| Aumento / Baixa de Capital | 974.045 | - | - | 974.045 |
| Sobras do Semestre | - | - | 750.984 | 750.984 |
| Destinação das Sobras: | | | | |
| Reserva Legal | - | 267.432 | (267.432) | - |
| Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social | - | - | (133.716) | (133.716) |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2015 | 9.541.621 | 975.516 | 936.011 | 11.453.147 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

| DISCRIMINAÇÃO | 2º SEMESTRE 2015 | 2015 | 2014 |
|--|--------------------|--------------------|------------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | (389.177) | (2.014.435) | 5.924.595 |
| Sobras ajustadas | 971.980 | 1.271.015 | 1.047.908 |
| Sobras/Perdas do exercício | 750.984 | 936.011 | 754.977 |
| Depreciações e Amortizações | 54.056 | 112.986 | (20.021) |
| Provisão para Operações de Crédito Liq. Duvidosa | 166.939 | 222.018 | 312.952 |
| (Aumento) redução nos Ativos | (190.100) | (4.021.637) | 239.036 |
| Títulos e Valores Mobiliários | 1.008 | (649) | (13.318) |
| Relações Interfinanceiras | (2.901) | (10.249) | (15.269) |
| Operações de crédito | (49.413) | (3.741.398) | 297.104 |
| Outros créditos | (140.482) | (271.030) | (29.517) |
| Outros valores e bens | 1.688 | 1.688 | 37 |
| Aumento (redução) nos Passivos | (1.171.057) | 736.187 | 4.637.651 |
| Depósitos | (768.996) | 1.326.708 | 5.784.511 |
| Relações Interfinanceiras | (5.492) | (144) | 144 |
| Relações Interdependenciais | 728 | 738 | 65.136 |
| Obrigações por Empréstimos e Repasses | - | (596.926) | (850.689) |
| Outras obrigações | (397.296) | 5.811 | (361.451) |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | (438.085) | (489.795) | 71.828 |
| Aumento dos investimentos | (413.844) | (433.602) | (33.086) |
| Aumento do imobilizado | (24.241) | (56.193) | (18.211) |
| Redução do diferido | - | - | 123.125 |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | 974.045 | 1.278.096 | 833.690 |
| Integralizações e Baixas de capital | 974.045 | 1.765.641 | 1.676.403 |
| Destinação das Sobras p/ Reserva Legal | - | 267.432 | 94.372 |
| Destinação das Sobras do Exercício | - | (754.977) | (937.085) |
| Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa (depósitos bancários e títulos e valores mobiliários) | 146.783 | (1.226.134) | 6.830.113 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício | 12.393.246 | 13.766.163 | 6.936.051 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício | 12.540.029 | 12.540.029 | 13.766.163 |
| (Diminuição) Aumento do caixa e equivalentes de caixa | 146.783 | (1.226.134) | 6.830.113 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014**

1. Contexto operacional

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Rio Branco LTDA. - SICOOB UNIRBO, cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 10/09/1996, filiada à CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL CENTRAL, AMAZONAS OCIDENTAL E MUNICÍPIO DE UBÁ – SICOOB UNI e componente do SISTEMA SICOOB, tem sede em Rio Branco/AC e possui 01 (um) Posto de Atendimento Cooperativo - PAC na seguinte localidade: Rua Quintino Bocaiúva/Bosque. Sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução nº 3.859/10 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito. Tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(I) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(II) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e

(III) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização, o de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

a. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971, a lei Complementar nº 130/2009 e as normas e instruções do Bacen, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e os pronunciamentos, orientações e as interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Bacen até o momento (CPC 00, 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25) . As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e foram aprovadas pela Administração.

O Banco Central do Brasil aprovou a adoção dos seguintes Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC, que estão contemplados nas demonstrações contábeis:

| Comitê de Pronunciamentos Contábeis -CPC | BACEN |
|---|---------------------------|
| CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração de Relatório Contábil-Financeiro | Resolução CMN 4.1444/12 |
| PC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos | Resolução CMN N. 3.566/08 |
| CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa | Resolução CMN N. 3.604/08 |

| | |
|---|---------------------------|
| CPC 05 (R1) – Divulgação Sobre Partes Relacionadas | Resolução CMN N. 3.750/09 |
| CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações | Resolução CMN N. 3.989/11 |
| CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro | Resolução CMN N. 4.007/11 |
| CPC 24 – Evento Subsequente | Resolução CMN N. 3.973/11 |
| CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes | Resolução CMN N. 3.823/09 |

Atualmente, não é possível estimar quando o Banco Central irá aprovar os demais Pronunciamentos Contábeis do CPC e se a sua utilização será de forma prospectiva ou retrospectiva. Com isso, ainda não é possível estimar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Rio Branco LTDA. - SICOOB UNIRBO.

b. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas adotadas pela Cooperativa para o registro das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras estão descritas abaixo.

b.1 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado pelo regime contábil de competência.

b.2 Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro das estimativas contábeis, quando aplicável. As contas sujeitas a aplicação de estimativas e julgamento incluem: à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Dessa forma os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas utilizadas. Entretanto, a Administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas periodicamente e é de opinião que não deverão existir diferenças significativas.

b.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN n. 3.604/08, incluem caixa, depósitos bancários e investimento de curto prazo de alta liquidez com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

b.4 Aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários e relações interfinanceiras – ativo

Aplicação interfinanceira de liquidez:

São registradas pelo montante aplicado, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.

Títulos e Valores Mobiliários:

De acordo com a Circular Bacen n. 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração da Cooperativa, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- i. Títulos para negociação - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente, de forma ativa, sendo ajustados a valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- ii. Títulos mantidos até o vencimento - Títulos e valores mobiliários adquiridos com a intenção de serem mantidos até o vencimento, baseado em estudos de capacidade financeira, sendo contabilizado ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.
- iii. Títulos disponíveis para venda - Títulos e valores mobiliários que não são classificados como “títulos para negociação” nem como “mantidos até o vencimento”. Esses títulos são ajustados a valor de mercado, sendo o resultado do ajuste, líquido dos efeitos tributários, registrado em conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado.

Relações Interfinanceiras:

Representado basicamente por operações vinculadas ao Bacen para garantia de compensação própria e por depósitos dos recursos da liquidez na Central das Cooperativas de Crédito do Brasil Central, Amazonas Ocidental e Município de Ubá – Sicoob Uni.

b.5 Operações de Crédito

As operações prefixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados.

b.6 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização de valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

A Resolução CMN N. 2682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo). As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente do seu nível de risco, somente serão reconhecidas no resultado após o seu efetivo recebimento.

A operação renegociada é mantida no mínimo no mesmo nível de risco em que estava classificada antes da renegociação e aquela que estava anteriormente registrada como prejuízo passa a ser classificada como de risco nível “H”. Somente é realizada a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança da classificação de risco.

b.7 Devedores por depósitos em garantia

Quando por determinação judicial ou por orientação da assessoria jurídica a administração da cooperativa, efetua depósitos judiciais para suportar passivos contingentes.

b.8 Investimentos

Representados substancialmente por participações societária na Central das Cooperativas de Crédito do Brasil Central, Amazonas Ocidental e Município de Ubá – Sicoob Uni.

b.9 Imobilizado de uso

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplem a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

b.10 Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

b.11 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não financeiros são revistos semestralmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável (teste de impairment).

Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável.

b.12 Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

b.13 Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Registradas pelo montante dos recursos mantidos junto a Central e os encargos e variações monetárias até a data do balanço (nota explicativa N. 4).

b.14 Obrigações por empréstimos e repasses

Atualizadas pelos encargos contratados até a data do balanço.

b.15 Demais ativos e passivos

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

b.16 Provisões e passivos contingentes

Provisões – São constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido.

Passivos contingentes – São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações e, quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com

chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras e as ações com chances de perdas remotas não são divulgadas.

b.17 Segregação do circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

b.18 Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o estabelecido pelo CPC 03 (R2).

b.19 Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já evidenciam na data-base das demonstrações contábeis; e,
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data base das demonstrações contábeis.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As disponibilidades em caixa, depósitos em bancos, aplicações interfinanceiras de liquidez-CDI e títulos e valores mobiliários são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações da Resolução CMN nº 3.604/2008.

| Caixa e Banco | 2015 | 2014 |
|----------------------|----------------|----------------|
| Caixa | 123.442 | 286.266 |
| Depósitos em Bancos | 84.791 | 147.158 |
| Total | 208.233 | 433.424 |

4. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS – Ativo

| | 2015 | 2014 |
|---|-------------------|-------------------|
| Centralização financeira – Central Sicoob UNI | 12.331.797 | 13.332.739 |
| Outros Sistemas de Liquidação | 26.769 | 16.519 |
| Total | 12.358.565 | 13.349.259 |

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Em 31 de dezembro de 2015, a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Rio Branco LTDA. - SICOOB UNIRBO possuía operações de crédito conforme abaixo. Sua composição foi distribuída em conformidade com o artigo 11 da Resolução CMN 2.682/99 e artigo 3º. da Resolução CMN 2.697/00:

I – DISTRIBUIÇÃO DAS OPERAÇÕES SEGREGADAS POR TIPO DE CLIENTE E ATIVIDADE ECONÔMICA

| | 2015 | 2014 |
|------------------------------|-------------------|-------------------|
| Setor Privado | | |
| Pessoa Física | 20.682.274 | 18.438.481 |
| Empréstimos | 14.784.295 | 15.147.801 |
| Adiantamentos a Depositantes | 43.259 | 40.429 |
| Cheque Especial | 310.197 | 265.116 |
| Títulos Descontados | 75.519 | 230.511 |
| Financiamentos | 5.469.004 | 2.744.982 |
| Cartão de Crédito | - | 9.642 |
| Pessoa Jurídica | 3.285.390 | 1.787.785 |
| Empréstimos | 2.329.434 | 1.136.336 |
| Adiantamentos a Depositantes | 7.519 | 11.725 |
| Conta Garantida | 208.803 | 218.056 |
| Títulos Descontados | 392.258 | 77.059 |
| Financiamentos | 347.375 | 344.608 |
| Subtotal | 23.967.663 | 20.226.265 |
| Provisão | (969.818) | (747.800) |
| Total | 22.997.845 | 19.478.465 |

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

| | 2015 | 2014 |
|-----------------------|-------------------|-------------------|
| Circulante | 10.675.042 | 8.634.871 |
| Não circulante | 12.322.804 | 10.843.595 |
| Total | 22.997.845 | 19.478.465 |

b) Composição por faixa de Vencimento e Níveis de Risco

b.1. Operações de Crédito em Curso Normal

Operações Vincendas

| | A | B | C | D | E | F | G | H | Total |
|----------------|-------------------|------------------|------------------|----------------|----------------|----------|--------------|---------------|-------------------|
| 01 a 30 dias | 908.274 | 457.944 | 167.049 | 35.382 | 16.845 | - | 2.355 | 14.841 | 1.602.689 |
| 31 a 60 dias | 483.860 | 374.385 | 129.894 | 54.644 | 22.812 | - | - | 15.746 | 1.081.342 |
| 61 a 90 dias | 410.187 | 372.645 | 104.330 | 33.652 | 18.084 | - | 2.336 | 3.263 | 944.497 |
| 91 a 180 dias | 1.076.679 | 829.171 | 295.622 | 71.037 | 58.643 | - | - | - | 2.331.151 |
| 181 a 360 dias | 2.161.547 | 1.646.834 | 182.232 | 62.004 | 13.201 | - | - | - | 4.065.818 |
| Acima 360 dias | 6.615.457 | 3.592.330 | 1.316.539 | 443.038 | 70.401 | - | - | - | 12.037.765 |
| Total | 11.656.004 | 7.273.308 | 2.195.666 | 699.757 | 199.985 | - | 4.690 | 33.850 | 22.063.261 |

b.2. Operações de Crédito em Curso Anormal

Operações Vincendas

| | A | B | C | D | E | F | G | H | Total |
|--------------|---|--------|--------|-------|--------|---|-------|--------|---------|
| 01 a 30 dias | - | 68.873 | 22.066 | 5.977 | 14.699 | - | 2.278 | 14.475 | 128.369 |

| | | | | | | | | | |
|----------------|---|----------------|----------------|---------------|----------------|---|---------------|----------------|------------------|
| 31 a 60 dias | - | 510 | 14.967 | 3.970 | 10.494 | - | 2.161 | 9.118 | 41.221 |
| 61 a 90 dias | - | 19.298 | 1.028 | 2.029 | 15.184 | - | 2.062 | 4.802 | 44.403 |
| 91 a 180 dias | - | 160.000 | 169.049 | 83.334 | 19.157 | - | 8.287 | 26.265 | 466.091 |
| 181 a 360 dias | - | 270.000 | 250.000 | - | 278.098 | - | 50.408 | 39.704 | 888.211 |
| Acima 360 dias | - | - | - | - | - | - | - | 336.108 | 336.108 |
| Total | - | 518.681 | 457.110 | 95.310 | 337.632 | - | 65.196 | 430.472 | 1.904.402 |

| | | | | | | | | | |
|--------------|-------------------|------------------|------------------|----------------|----------------|---|---------------|----------------|-------------------|
| Total | 11.656.004 | 7.791.989 | 2.652.776 | 795.067 | 537.617 | - | 69.887 | 464.322 | 23.967.663 |
|--------------|-------------------|------------------|------------------|----------------|----------------|---|---------------|----------------|-------------------|

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento – operações vincendas (dias):

| | Até 90 dias | De 91 a 360 dias | Acima de 360 dias | Total |
|--|--------------------|-------------------------|--------------------------|-------------------|
| Adiantamento a Dep Cheque Especial Conta Garantida | 569.778 | - | - | 569.778 |
| Empréstimos | 2.376.474 | 5.677.915 | 9.059.340 | 17.113.729 |
| Títulos Descontados | 461.856 | 5.922 | - | 467.777 |
| Financiamentos | 605.345 | 1.427.918 | 3.783.116 | 5.816.379 |
| Total | 4.013.453 | 7.111.755 | 12.842.456 | 23.967.663 |

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito:

| | 2015 | 2014 |
|--------------------------------------|----------------|----------------|
| Saldo Inicial – Janeiro | 747.800 | 434.848 |
| Constituições/Reversões no Exercício | 222.018 | 312.952 |
| Total | 969.818 | 747.800 |

e) Concentração dos Principais Devedores:

| | 2015 | % | 2014 | % |
|-------------------------|-------------------|---------------|-------------------|---------------|
| 10 Maiores devedores | 4.724.617 | 19,71 | 3.203.827 | 15,84 |
| 50 devedores seguintes | 7.201.243 | 30,05 | 6.708.064 | 33,17 |
| 100 devedores seguintes | 3.731.506 | 15,57 | 3.301.266 | 16,32 |
| Demais | 8.310.297 | 34,67 | 7.013.108 | 34,67 |
| Total | 23.967.663 | 100,00 | 20.226.265 | 100,00 |

f) Créditos Baixados Como Prejuízo, Renegociados e Recuperados:

Valores referentes a operações de crédito lançadas em conta de compensação como prejuízo e de operações recuperadas / renegociadas. A operação classificada na forma deste item deve permanecer registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança. (Resolução CMN nº 2.682 – art. 7º e parágrafo único; Carta – Circular Bacen nº 2.899 - item 12 - VI).

| Descrição | 2015 | 2014 |
|--|------------------|------------------|
| Saldo Inicial – Janeiro de 2015/2014 | 4.331.226 | 1.001.457 |
| Valor das Operações Baixadas no período | 266.213 | 3.343.327 |
| Valor das Operações Recuperadas no período | (70.882) | (13.558) |
| Total | 4.526.557 | 4.331.226 |

6. OUTROS CRÉDITOS

| | 2015 | 2014 |
|--|----------------|---------------|
| Avais e Fianças Honrados | 24.180 | - |
| Rendas a receber | 136.779 | 492 |
| Adiantamentos e antecipações salariais | 2.160 | - |
| Devedores por Depósito em Garantia | - | 2.904 |
| Impostos e contribuições a compensar | 16.860 | 573 |
| Pagamentos a ressarcir | 35.514 | 35.480 |
| Títulos e créditos a receber | 2.172 | 28.091 |
| Devedores diversos no país | 123.474 | 2.570 |
| Total | 341.139 | 70.110 |

7. OUTROS VALORES E BENS

| | 2015 | 2014 |
|---------------------|-------------|--------------|
| Material em Estoque | - | 1.688 |
| Total | - | 1.688 |

8. INVESTIMENTOS

| | 2015 | 2014 |
|---|------------------|----------------|
| Central das Cooperativas de Crédito do Brasil Central, Amazonas Ocidental e Município de Ubá – Sicoob Uni | 1.122.508 | 772.171 |
| Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob | 83.264 | - |
| Total | 1.205.773 | 772.171 |

9. IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pela estimativa fiscal de vida útil, conforme abaixo:

| | Taxa de Depreciação Amortização | 2015 | 2014 |
|-----------------------|--|-------------|-------------|
| Terrenos | 0 | 441.000 | 441.000 |
| Edificações | 4% | 1.019.555 | 1.001.761 |
| Instalações | 10% | 2.900 | 2.900 |
| Móveis e Equipamentos | 10% | 286.744 | 280.949 |

| | | | |
|---|-----|------------------|------------------|
| Sistemas de Comunicação | 10% | 12.719 | 12.719 |
| Sistema de Processamento Dados – Equipamentos | 20% | 191.577 | 170.973 |
| Sistemas de Segurança | 10% | 12.000 | - |
| TOTAL | | 1.966.495 | 1.910.301 |
| Depreciação Acumulada | | (375.584) | (264.738) |
| TOTAL | | 1.590.911 | 1.645.563 |

10. INTANGÍVEL

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. As amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pela estimativa fiscal do prazo de utilização dos benefícios gerados por estes ativos, conforme abaixo:

| Descrição | Taxa de Amortização | 2015 | 2014 |
|-----------------------|---------------------|---------------|---------------|
| Ativos Intangíveis | 20% | 10.287 | 10.287 |
| TOTAL | | 10.287 | 10.287 |
| Amortização Acumulada | | (2.229) | (88) |
| TOTAL | | 8.058 | 10.199 |

11. DEPÓSITOS

Os Depósitos a Vista não são remunerados.

| | 2015 | 2014 |
|----------------------|------------------|------------------|
| Depósitos A Vista PF | 2.516.744 | 2.380.064 |
| Depósitos a Vista PJ | 2.023.162 | 1.448.317 |
| Total | 4.539.906 | 3.828.381 |

Os Depósitos a Prazo recebem encargos financeiros contratados e estão mantidos no circulante por não possuir restrição para resgate.

| | 2015 | 2014 |
|--|-------------------|-------------------|
| Depósitos A Prazo | 21.456.573 | 20.841.389 |
| Total | 21.456.573 | 20.841.389 |
| TOTAL DEPOSITOS A VISTA E A PRAZO | 25.996.479 | 24.669.770 |

| | 2015 | % | 2014 | % |
|---------------------------|------------|--------|------------|--------|
| Maior depositante | 6.096.460 | 23,45% | 8.091.439 | 32,80% |
| Segundo maior depositante | 1.191.090 | 4,58% | 1.324.242 | 5,37% |
| 10 Maiores depositantes | 12.816.157 | 49,30% | 14.758.127 | 59,82% |

Os depósitos até o limite de R\$ 250.000 (Duzentos e cinquenta mil Reais) por CPF/CNPJ estão garantidos pelo FGCCoop - Fundo Garantidor de Crédito Cooperativo, constituído por todas as cooperativas financeiras do Brasil.

12. RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS

Os valores referem-se a obrigações de recebimento de convênios com terceiros

| | 2015 | 2014 |
|-------------------|---------------|---------------|
| Convênio Cobrança | 78.535 | 77.798 |
| Total | 78.535 | 77.798 |

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES

COBRANÇA E ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS E ASSEMELHADOS

| Descrição | 2015 | 2014 |
|---|--------------|--------------|
| Operações de Crédito – IOF | 1.788 | 8.502 |
| Operações com Títulos e Valores Mobiliários | - | 61 |
| Total | 1.788 | 8.562 |

SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

| Descrição | 2015 | 2014 |
|--|----------------|----------------|
| FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (i) | 145.160 | 109.343 |
| Total | 145.160 | 109.343 |

FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

| | 2015 | 2014 |
|--|----------------|----------------|
| Impostos e Contribuições s/Lucros a Pagar | 388 | 2.601 |
| Impostos e Contribuições a Recolher s/ Serviços de terceiros | 3.727 | 2.853 |
| Impostos e Contribuições sobre Salários | 38.209 | 47.695 |
| IRRF sobre Aplicações Financeiras | 10.759 | 18.110 |
| ISS a Recolher | 171 | 700 |
| PIS a recolher | 22 | 35 |
| COFINS a recolher | 137 | 173 |
| IRRF sobre Juros ao Capital | 30.612 | 49.048 |
| Provisões p/ Riscos Fiscais | 263.160 | 263.160 |
| Total | 347.185 | 384.376 |

OUTRAS OBRIGAÇÕES – DIVERSAS

| Descrição | 2015 | 2014 |
|---|----------------|----------------|
| Fornecedores | 17.832 | 46.455 |
| Obrigações por prestação de serviços de pagamento | 139.896 | 93.235 |
| Despesa com Pessoal | 148.062 | 111.375 |
| Outras Despesas Administrativas | 249.231 | 120.639 |
| Outros Pagamentos | - | 206.912 |
| Provisão para Garantias prestadas | 29.287 | - |
| Credores Diversos (ii) | 117.888 | 109.623 |
| Total | 702.198 | 688.238 |

(i) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados e empregados da cooperativa, e é constituído pelo resultado dos atos não-cooperativos e **10%** das sobras líquidas do exercício, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em conta de passivo segue determinação do plano de contas do Banco Central do Brasil, denominado COSIF.

(ii) Credores Diversos, refere-se a:

| Descrição | 2015 | 2014 |
|-------------------------|----------------|----------------|
| Pendência a Regularizar | 39.703 | 22.502 |
| Créditos de Terceiros | 76.085 | 80.485 |
| Cheques Depositados | 2.100 | 6.636 |
| Total | 117.888 | 109.623 |

| Descrição | 2015 | 2014 |
|--|------------------|------------------|
| Total Geral – OUTRAS OBRIGAÇÕES | 1.196.330 | 1.190.520 |

14. PATRIMONIO LÍQUIDO (CAPITAL, RESERVAS, SOBRAS ACUMULADAS)

a. Capital Social

O Capital Social, subscrito e integralizado pelos 1.116 associados, atingindo o montante de R\$ 9.541.621 (31/12/2015) e R\$ 7.775.980 (31/12/2014).

b. Reserva Legal

A Reserva legal é exigida conforme Estatuto Social, representado no percentual de 20%.

| Reserva Legal | 2015 | 2014 |
|---------------|----------------|----------------|
| Total | 975.516 | 708.084 |

c. Sobras e Destinações

As sobras apuradas no encerramento do Exercício de 2015 e 2014 são distribuídas e apropriadas conforme o estatuto social, as normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO):

| Descrição | 2015 | 2014 |
|--|------------------|------------------|
| Sobras /lucro do Exercício | 2.104.842 | 1.285.609 |
| Juros sobre Capital Próprio | (767.683) | (327.286) |
| Lucro líquido de atos não-cooperativos apropriado ao FATES | 1.337.159 | 958.323 |
| Sobras líquidas, base de cálculo das destinações | 1.337.159 | 958.323 |
| Destinações estatutárias | | |
| Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10% | 133.716 | 108.975 |
| Reserva Legal (incluindo resultado não operacional) - 20% | 267.432 | 94.372 |
| Sobras à disposição da Assembleia Geral | 936.011 | 754.977 |

15. PARTES RELACIONADAS (CPC 05 E RESOLUÇÃO CMN 3750/09)

Remuneração da Administração

O pessoal chave da administração inclui os membros da Diretoria, do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

GASTOS COM PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

| | 2015 | 2014 |
|----------------------|----------------|----------------|
| HONORÁRIOS | 330.024 | 318.445 |
| CEDÚLAS DE PRESENCAS | 85.434 | 72.594 |
| ENCARGOS SOCIAIS | 82.502 | 77.811 |
| TOTAL | 497.960 | 468.850 |

OPERAÇÕES ATIVAS – SALDO 31/12/2015

| NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO | SALDO DEVEDOR DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO – R\$ | PCLD (PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA) - R\$ | % DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO EM RELAÇÃO À CARTEIRA TOTAL |
|---------------------------------|--|---|--|
| EMPRÉSTIMOS | 1.204.110 | 9.749 | 5,02% |
| TÍTULOS DESCONTADOS | 4.355 | 22 | 0,02% |
| FINANCIAMENTOS | 610.529 | 4.105 | 2,55% |
| TOTAL | 1.818.993 | 13.877 | 7,59% |

OPERAÇÕES PASSIVAS – SALDO 31/12/2015

| NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO | SALDO DOS DEPÓSITOS – R\$ | % DOS DEPÓSITOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DOS DEPÓSITOS |
|---------------------------------|---------------------------|---|
| DEPÓSITOS A VISTA | 185.901 | 0,72% |
| DEPÓSITOS A PRAZO | 762.889 | 2,93% |
| Total | 948.790 | 3,65% |

As operações de crédito e os depósitos a vista e a prazo são realizados nas mesmas condições que as operações com os demais associados.

16. RESUMO DA ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO DE CRÉDITO DO SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL – SICOOB

a. RISCO OPERACIONAL

1. O gerenciamento do risco operacional da **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Rio Branco LTDA. - SICOOB UNIRBO** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco operacional, por meio da adoção de boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.380/2006.

2. Conforme preceitua a Resolução CMN 3.380/2006, a **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Rio Branco LTDA. - SICOOB UNIRBO** aderiu à estrutura única de gestão do risco

operacional do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

3. O processo de gerenciamento do risco operacional do Sicoob consiste na avaliação qualitativa dos riscos objetivando a melhoria contínua dos processos.

4. O uso da Lista de Verificação de Conformidade (LVC) tem por objetivo identificar situações de risco de não conformidade, que após identificadas são cadastradas no Sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (Scir).

5. As informações cadastradas no Sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (Scir) são mantidas em banco de dados fornecido pelo Sicoob Confederação.

6. A documentação que evidencia a efetividade, a tempestividade e a conformidade das ações para tratamento dos riscos operacionais, bem como as informações referentes às perdas associadas ao risco operacional são registradas e mantidas em cada entidade do Sicoob, sob a supervisão da respectiva entidade auditora (se cooperativa singular, da cooperativa central; se cooperativa central e Bancoob, do Sicoob Confederação).

7. Para as situações de risco identificadas são estabelecidos planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento pelo Agente de Controles Internos e Riscos (ACIR).

8. Não obstante a centralização do gerenciamento do risco operacional, a **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Rio Branco LTDA. - SICOOB UNIRBO** possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco operacional.

b. RISCO DE MERCADO

1. O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez da **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Rio Branco LTDA. - SICOOB UNIRBO** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

2. Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, a **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Rio Branco LTDA. - SICOOB UNIRBO** aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

3. No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (*trading*) e não negociação (*banking*), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de *stress* e de aderência do modelo de mensuração de risco (*backtesting*).

4. No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de *stress* e planos de contingência.

5. Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, a **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Rio Branco LTDA. - SICOOB UNIRBO** possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

c. RISCO DE CREDITO

1. O gerenciamento de risco de crédito da **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Rio Branco LTDA. - SICOOB UNIRBO** objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

2. Conforme preceitua a Resolução CMN nº 3.721/2009, a **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Rio Branco LTDA. - SICOOB UNIRBO** aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

3. Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

4. Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Rio Branco LTDA. - SICOOB UNIRBO** possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

17. OUVIDORIA

A ouvidoria tem como atribuição, assegurar a observância das normas regulamentares que disciplinam a atividade e daquelas relativas aos direitos dos usuários dos produtos e serviços oferecidos pela cooperativa. Atua como canal de comunicação entre a instituição e seus associados, inclusive na mediação de conflitos.

Instituída pelo componente organizacional único de ouvidoria do Sicoob, dispõe de diretor responsável pela área e ouvidor. O trabalho realizado pela Ouvidoria auxilia no monitoramento dos processos de qualidade e boas práticas, bem como na observância do código de ética do Sicoob.

As manifestações são acolhidas por meio telefônico de discagem gratuita - 0800 725 0996 e pelo formulário eletrônico disponível no endereço www.ouvidoriasicoob.com.br

Rio Branco/AC, 31 de Dezembro de 2015.

Nilton Ghiotti de Siqueira
Diretor Presidente

James Gley Maia da Costa
Diretor Administrativo-Financeiro

Kellen de Souza Bastos
Contadora
CRC: AM-012825/O-3